

A. I. N° - 269439.0506/06-8
AUTUADO - MEIRE LÚCIA GONÇALVES PIMENTEL
AUTUANTE - RENATO REIS DINIZ DA SILVA
ORIGEM - IFMT/DAT-SUL
INTERNET - 17.10.2006

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO N° 0314-01/06

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NA PORTARIA 114/2004, POR CONTRIBUINTE CREDENCIADO. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Comprovado nos autos que parte das mercadorias foi devolvida, e por isso, não se inclui nas hipóteses em que deva ser feita a antecipação parcial. Concedida a redução de 50% do imposto a recolher, considerando que os produtos procediam de estabelecimentos industriais, de acordo com o § 4º, do art. 352-A, do RICMS/97. Refeitos os cálculos, reduzindo o valor do imposto apurado. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 18/05/2006, para exigir imposto no valor de R\$ 6.394,27, com aplicação da multa de 60%, relativo à falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação parcial até o dia 25 do mês subsequente à entrada, correspondente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação, para fins de comercialização, no mês de maio 2006, por contribuinte credenciado. Consta na Descrição dos Fatos que o contribuinte fora intimado a apresentar os DAE's referentes ao pagamento do ICMS relativo às notas fiscais constantes no Demonstrativo de Cálculo, porém não houve comprovação do recolhimento do imposto. Encontram-se anexados o Demonstrativo de Cálculo e as cópias das notas fiscais. Foram considerados os créditos fiscais de R\$611,50, referentes à redução de 50% do ICMS em relação às aquisições feitas junto às indústrias e de R\$ 5.103,66, destacado nas notas fiscais, perfazendo o total de R\$ 5.715,16.

Consta Termo de Apreensão e Ocorrências n° 269439.0506/06-8 às fls. 05/06.

O autuado apresentou defesa à fl. 31, reproduzida na fl. 32, requerendo uma reavaliação do cálculo do ICMS a ser antecipado, em referência às Notas Fiscais 4.174 e 10.519, considerando que de acordo com as Notas Fiscais 000073, no valor de R\$ 7.200,00 e 000077, no valor de R\$ 8.352,00 (fls. 34/35), as mercadorias correspondentes foram parcialmente devolvidas, o que significa que o imposto foi calculado a maior, conforme demonstrativo que elaborou. O sujeito passivo anexou, ainda, cópia de folha do livro Registro de Entradas referente ao mês de fevereiro de 2006.

Auditor Fiscal designado, prestou informação fiscal às fls. 45/46, concordando com o pleito defensivo, que consiste na redução do ICMS devido no valor de R\$ 1.555,20, considerando as devoluções realizadas através das Notas Fiscais 000073 e 000077, observando que, inclusive, manteve contato com os fornecedores, que confirmaram as devoluções parciais das mercadorias. Deste modo, acolheu as razões do autuado, reduzindo o montante do débito para R\$ 4.839,07.

VOTO

No Auto de Infração em lide, consta que o sujeito passivo deixou de efetuar o recolhimento da antecipação parcial do ICMS, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e destinadas à comercialização, no prazo regularmente previsto. Conforme a descrição dos fatos feita na defesa, depreendo que o contribuinte entendeu a acusação que lhe foi feita.

Nas entradas interestaduais de mercadorias destinadas à comercialização, é devido o pagamento da antecipação parcial do ICMS, conforme previsto no art. 61, inciso IX; no art. 125, inciso II, §§ 7º e 8º, e no art. 352-A, todos do RICMS/97. Ressalto que esses dispositivos regulamentares estão respaldados na Lei 7.014/96, com a redação dada pela Lei nº 8.967/03.

Observo que na Informação Fiscal, em atendimento aos argumentos apresentados pelo sujeito passivo, de forma correta, foi reduzido o montante do débito, considerando as devoluções parciais dos produtos adquiridos através das Notas Fiscais 4.174 e 10.519.

Noto que no Demonstrativo de Cálculo, elaborado pelo autuante, foi observada a redução de 50% do valor do imposto a recolher, conforme disposto no art. 352-A, § 4º, do RICMS/97, que prevê que o recolhimento da antecipação parcial pelas microempresas teria esse benefício, nos casos de aquisições feitas diretamente a estabelecimentos industriais. Verifico, no entanto, que a referida redução deixou de ser concedida em relação a várias notas fiscais arroladas na ação fiscal, caso em que todas apresentam como fornecedores os próprios fabricantes dos produtos, tendo os referidos documentos fiscais como CFOP o código 6101, que se refere a vendas de produtos industrializados no estabelecimento. Ressalto, entretanto, que as aquisições referente às Notas Fiscais 017140 e 017141, emitidas pela empresa UMEN Indústria e Comércio, não se referem a produção do próprio estabelecimento, haja vista que o CFOP indicado nesses documentos (6012) diz respeito a comercialização adquirida de terceiros

Para um melhor entendimento, transcrevo abaixo o art. 352-A e seu § 4º, do RICMS/97.

“Art. 352-A. Ocorre a antecipação parcial do ICMS nas entradas interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, a ser efetuada pelo próprio adquirente, independentemente do regime de apuração adotado, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo prevista no inciso IX do art. 61, deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição.

§ 4º No caso de antecipação parcial decorrente de aquisições realizadas por contribuinte inscrito na condição de microempresa, diretamente a estabelecimentos industriais, fica concedida, até 31 de dezembro de 2005, uma redução de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto a recolher, calculado na forma prevista neste artigo”.

Saliento, ainda, que todas as notas fiscais referentes ao presente caso entraram no estabelecimento no mês de fevereiro de 2006 e, desta forma, o prazo para que o autuado efetuasse o recolhimento do imposto antecipado se encerrara no dia 25/03/2006, conforme estabelecido no art. 1º da Portaria 114/04.

Desta forma, refaço os cálculos, concedendo a redução prevista e alterando o período de ocorrência, passando o débito remanescente para o montante de R\$ 2.921,69, conforme tabela abaixo.

VENCIMENTO	NOTA FISCAL	BASE DE CÁLCULO	ICMS (17%)	CRÉDITO	ICMS DEVIDO	REDUÇÃO	ICMS A RECOLHER
15/03/2006	4.174	3.648,00	620,16	255,36	364,80	182,40	182,40

“	28.130	10.463,65	1.778,82	732,46	1.046,36	523,18	523,18
“	17.140	1.179,85	200,57	82,58	117,99	59,00	117,99
“	17.141	1.374,00	233,58	96,18	137,40	68,70	137,40
“	4.263	1.188,00	201,96	83,16	118,80	59,40	59,40
“	448	1.090,00	185,30	76,30	109,00	54,50	54,50
“	28.188	2.722,30	462,79	190,56	272,23	136,11	136,11
“	102.810	818,30	139,11	57,28	81,83	40,92	40,92
“	30.200	1.800,00	306,00	126,00	180,00	90,00	90,00
“	138	2.349,04	399,34	281,88	117,46	58,73	58,73
“	10.519	9.264,00	1.574,88	648,48	926,40	463,20	463,20
“	27.269	2.578,80	438,40	180,51	257,89	128,94	128,94
“	4.482	5.100,00	867,00	357,00	510,00	255,00	255,00
“	15.865	1.062,00	180,54	74,34	106,20	53,10	53,10
“	849.902	595,14	101,17	41,65	59,52	29,76	29,76
“	4.545	6.996,00	1.189,32	489,72	699,60	349,80	349,80
“	15.897	2.550,00	433,50	178,50	255,00	127,50	127,50
“	103.558	900,90	153,15	63,06	90,09	45,05	45,05
25/03/06	TOTAL						2.921,69

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, o Auto de Infração nº **269439.0506/06-8**, lavrado contra **MEIRE LÚCIA GONÇALVES PIMENTEL**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$2.921,69**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “d” da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de setembro de 2006.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA - PRESIDENTE

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA - RELATOR

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS - JULGADOR